

RAFAEL ROTT DE CAMPOS VELHO

**RESPONSABILIZAÇÃO
DA PESSOA JURÍDICA
POR ATOS DE
CORRUPÇÃO**

**UM REFLEXO DE ORDENS
JURÍDICAS TRANSNACIONAIS?**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Rafael Rott de Campos Velho

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V436r

Velho, Rafael Rott de Campos

Responsabilização da pessoa jurídica por atos de corrupção : um re-
flexo de ordens jurídicas transnacionais? / Rafael Rott de Campos Velho.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

268 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 235-256.

ISBN 978-85-519-1699-5

1. Corrupção. 2. Legislação. 3. Direito internacional. 4. Ordena-
mento jurídico brasileiro. 5. Pessoa jurídica. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	9

PARTE 1

ORDENS JURÍDICAS TRANSNACIONAIS ANTICORRUPÇÃO: TEORIA, SURGIMENTO E ANÁLISE

Capítulo 1 - Do Direito Interestatal às Ordens Jurídicas Transnacionais: Histórico e Evolução	21
1.1 Resgate histórico: o direito internacional nasce como um direito interestatal puro ou as ordens jurídicas transnacionais estão presentes desde sua origem?	23
1.1.1 As origens do direito internacional: entre o <i>jus gentium</i> e o transnacionalismo.....	23
1.1.2 Da paz perpétua kantiana ao monismo kelseniano: o direito interno como parte do direito internacional	34
1.2 Globalização e transnacionalização do direito.....	42
1.2.1 O direito internacional e a influência nas ordens internas: o exemplo do direito internacional privado, do comércio internacional e da proteção internacional dos direitos humanos.....	43
1.2.2 A globalização e as ordens espontâneas: fragmentação do direito internacional e atores privados.....	64
1.3 Ordens jurídicas transnacionais: elas se limitam ao conceito clássico de norma?	74
1.3.1 A realidade do <i>soft law</i>	75

1.3.2 Um conceito ampliado de instrumentos normativos?	82
1.4 Conclusões Parciais	85
Capítulo 2 – Mecanismos Anticorrupção como Ordens	
Jurídicas Transnacionais	89
2.1 O combate à corrupção corporativa nos Estados Unidos e a internacionalização do tema	90
2.1.1 O escândalo Watergate e o surgimento do FCPA	90
2.1.2 A internacionalização do combate à corrupção	94
2.2 Ordens jurídicas transnacionais anticorrupção.....	101
2.2.1 A convenção contra a corrupção de autoridades estrangeiras da OCDE	102
2.2.2 A Convenção Interamericana contra a Corrupção.....	114
2.2.3 Convenções adotadas no âmbito da ONU	118
2.2.4 Ordens jurídicas transnacionais informais anticorrupção.....	123
2.3 Conclusões Parciais.....	130

PARTE II

O BRASIL E AS ORDENS JURÍDICAS TRANSNACIONAIS ANTICORRUPÇÃO: INTERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA

Capítulo 3 – O Ordenamento Brasileiro e a Responsabilização da Pessoa Jurídica por Atos de Corrupção: uma Influência de Ordens Jurídicas Transnacionais?	135
3.1 Evolução da responsabilização da pessoa jurídica no Brasil por atos de corrupção.....	136
3.1.1 Responsabilidade da pessoa jurídica no Brasil: civil, administrativa e penal.....	136
3.1.2 O que dizem as ordens jurídicas transnacionais sobre a responsabilidade da pessoa jurídica no Brasil?	152
3.1.3 A Lei n.º 12.846/2013: uma influência direta das ordens jurídicas transnacionais?	164

3.2 Ordens jurídicas transnacionais anticorrupção e o ordenamento jurídico brasileiro: uma influência limitada.....	183
3.2.1 A influência efetiva das ordens jurídicas transnacionais no regime de responsabilização da pessoa jurídica no Brasil.....	183
3.2.2 O Brasil em comparação com os demais signatários da Convenção da OCDE: uma influência limitada	186
3.2.3 O fenômeno da recursividade aplicado às ordens jurídicas transnacionais anticorrupção: a responsabilização da pessoa jurídica no Brasil	192
3.3 Conclusões Parciais.....	198
Capítulo 4 – Aperfeiçoando o Sistema de Responsabilização Administrativa da Pessoa Jurídica Brasileiro: uma <i>Evolução</i> ao Encontro dos Postulados Transnacionais?	201
4.1 Sobreposição de competências e segurança jurídica: propostas para o aperfeiçoamento e a coordenação entre os órgãos anticorrupção.....	202
4.1.1 As críticas ao sistema brasileiro de responsabilização administrativa da pessoa jurídica: falta de coordenação entre os órgãos	202
4.1.2 Construindo um modelo coeso de responsabilização da pessoa jurídica por atos de corrupção.....	212
4.2 <i>Compliance</i> , autorregulação e segurança jurídica	217
4.2.1 Programas de <i>compliance</i> : características e incentivos à sua adoção presentes na Lei Anticorrupção brasileira.....	217
4.2.2 Exclusão de responsabilidade por mecanismos eficientes de <i>compliance</i> : ordens jurídicas transnacionais e segurança jurídica.....	222
4.3 Conclusões Parciais.....	225
Conclusões	229
Referências Bibliográficas	235